

Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

a: F

Rubrica:

#### PARECER PGE/MS/PAA/Nº 041/2021

**Processo nº** 15/001715/2021

**Interessada:** Procuradoria-Geral do Estado

**Assunto:** Elaboração de minutas-padrão previstas no art. 18, § 1°, do Decreto (Estadual)

n. 15.494/2020, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis, serviços e patrocínios, com ou sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou

jurídicas de direito privados.

#### Exma. Procuradora-Geral do Estado,

#### Exmo. Procurador Geral Adjunto do Consultivo,

Por intermédio da CI/PGAE CONSULTIVO/PGE/n. 006, de 07/04/2021 (f. 02) o Procurador-Geral Adjunto do Consutivo solicitou a elaboração das minutas-padrão a que alude o Decreto (Estadual) n. 15.494/2020, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis, serviços e patrocínios, com ou sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, e dá outras providências.

O art. 18, § 1°, do normativo, assim dispôs:

Art. 18. As doações de bens móveis e de serviços por pessoa jurídica aos órgãos da Administração Direta, às Autarquias e às Fundações do Poder Executivo serão formalizadas:

I - no caso de doação com ônus ou encargo, por meio de **contrato de doação**; ou

II - no caso de doação sem encargos, por meio de **termo de doação ou de declaração** firmada pelo doador, sendo esta última aplicável na hipótese de as doações corresponderem a valor inferior aos estabelecidos nos incisos I e II do *caput* do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º Os modelos de <u>contrato de doação</u>, de <u>termo de doação</u> e de <u>declarações para doações de bens móveis ou de serviços</u>, de que trata o *caput* deste artigo, <u>serão estabelecidos em ato da Procuradoria-Geral do</u>



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

<u>Estado</u>, os quais serão aplicáveis à Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo. (destacamos)

Logo, tendo em vista que o Regulamento determinou à PGE a elaboração dos modelos mencionados no § 1°, apresenta-se em anexo, as seguintes minutas-padrão:

Minuta 1: Contrato de doação de bem móvel;

Minuta 2: Contrato de doação de serviços;

Minuta 3: Termo de doação de bem móvel (sem encargos);

Minuta 4: Termo de doação de serviços (sem encargos);

Minuta 5: Declaração de doação de bem móvel;

Minuta 6: Declaração de doação de serviços;

Minuta 7: Termo de patrocínio.

Não obstante a ausência de menção ao "termo de patrocínio" no § 1°, do art. 18, entendemos conveniente sua elaboração, apenas com uma estruturação básica, eis que cada edital de chamamento definirá as peculiaridades constantes em cada termo, conforme determina o art. 22, do decreto de regência<sup>1</sup>. Outrossim, fica a critério de Vossas Excelências sua publicação, haja vista que não houve determinação do regulamento quanto à sua elaboração pela PGE.

Por oportuno, informa-se que as minutas tem como fundamento de validade o Código Civil e o Decreto (Estadual) n. 15.494/2020, bem como a Lei (Federal) 12.846/2013<sup>2</sup> e o Decreto (Estadual)n.14.890/2017<sup>3</sup>. Foram utilizados como referência, ademais, os modelos adotados por

Т

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Art. 22. Os órgãos da Administração Direta, as Autarquias e as Fundações do Poder Executivo poderão contar com o apoio de pessoas físicas ou jurídicas, mediante o estabelecimento de cotas de patrocínio de valores, bens, serviços ou utilidades, previamente definidas em edital de chamamento público, nos termos do art. 7° e seguintes deste Decreto, para patrocínio de eventos e de ações de interesse público, respeitados os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup>"Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências"

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> "Regulamenta, no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e dá outras providências."



# **PAA**Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021 Data: F.:

Rubrica:

outros entes públicos (*e.g.* Estado de São Paulo<sup>4</sup>, Estado do Pará<sup>5</sup> e Estado da Bahia<sup>6</sup>), realizadas as devidas adequações para atendimento das particularidades do decreto estadual.

Outro ponto que vale ressaltar é o referente ao foro de eleição. Constamos a indicação da Capital do Estado, porém, sopesando critérios de conveniência e oportunidade, é possível a indicação da Câmara Administrativa de Solução de Conflitos – CASC – . Se esta for a decisão superior, as minutas deverão ser alteradas antes da publicação.

Por fim, há notas em vermelho e notas em destaque amarelo no decorrer do texto, com o objetivo de nortear os responsáveis pelo preenchimento dos campos em branco, na elaboração dos instrumentos.

É o parecer, que encaminha as minutas em anexo.

Campo Grande, MS, 23 junho de 2021.

Original assinado

Renata Corona Zuconelli Procuradora do Estado Chefe da PAA

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Procuradoria Geral do Estado de São Paulo: Link: <a href="https://www.bec.sp.gov.br/becsp/Aspx/Minutas.aspx?chave">https://www.bec.sp.gov.br/becsp/Aspx/Minutas.aspx?chave</a>=

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Procuradoria Geral do Estado do Pará: Link; https://pge.pa.gov.br/sites/default/files/termo de doacao 1.pdf

<sup>6</sup> Procuradoria Geral do Estado da Bahia: Link: https://www.comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/10\_termo\_de\_doacao\_assinado\_por\_todos\_30\_2020.pdf https://www.comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/35-\_termo\_de\_doacao\_-\_05\_vent.\_pulm.\_-assinado\_30\_3\_2020.pdf



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021		
Data:	F.:	
Rubrica:		

# MINUTA 1

	CONTRATO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA [indicar a
	Secretaria de Estado, Autarquia ou Fundação Estadual beneficiária]  E[indicar a
	Pessoa Física ou Jurídica doadora].
Pelo presente instrumento, de	um lado, pessoa jurídica de direito privado,
estabelecida na, CEI	P:, inscrita no CNPJ/MF sob o n°, neste ato
representado(a) pelo(a) Senhor(a	a), portador(a) do RG n° e CPF n°,
residente e domiciliado	doravante denominado[a]
DOADOR(A) [obs.: atenção po	ara a necessidade de adequar a qualificação acaso se trate de
doação realizada por pessoa físi	ca], e de outro lado o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,
por intermédio da	[indicar a Secretaria de Estado, Autarquia
ou Fundação],	neste ato representado por
	[indicar o nome do Secretário(a) de Estado ou o
dirigente da Autarquia ou Fur	ndação Estadual (ou a autoridade que recebeu a delegação,
indicando o cargo da autor	idade e o ato de delegação)], RG nº e CPF
nº, residente	e domiciliado,
doravante denominado(a) <b>DON</b> A	ATÁRIO(A), celebram o presente CONTRATO DE DOAÇÃO,
nos termos do artigo 538 e segu	nintes do Código Civil e do Decreto (Estadual) n. 15.494/2020,
para formalizar o recebimento	de doação na forma e condições constantes no processo
administrativo n	, conforme as cláusulas que seguem:
<u>CL</u> 2	<u>ÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO</u>
Constitui(em) objeto(s) do pre	esente Contrato de Doação o(s) bem(ns) móvel(eis) abaixo
especificado(s): [descrever detail	hadamente o bem móvel, com todas as suas especificações]
	bem(ns) móvel(eis) descrito(s) acima foi(ram) avaliado(s) em
R\$(	_)[colocar o valor unitário de cada bem- caso exista mais de
Dawning day Dadawaa Di	IV



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

*um- e escrever por extenso os valores*], valor esse atribuído conforme proposta de doação e avaliação constante nos autos do processo administrativo.

## CLÁUSULA SEGUNDA – RECONHECIMENTO DA TITULARIDADE

**O(a) DOADOR(A)** declara, sob as penas da lei, ser proprietário(a) do(s) bem(ns) mencionado(s) na Cláusula Primeira deste instrumento e deter condições e poderes para promover a doação de que cuida este contrato, em conformidade com o artigo 538 e seguintes do Código Civil, inexistindo qualquer fato que impeça a concretização do presente ajuste, inclusive no que tange a demandas administrativas ou judiciais com relação aos bens móveis a serem doados.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA FINALIDADE

A presente doação tem como finalidade(s): [descrever detalhadamente as finalidades e encargos que vinculam a doação, conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo que a originou].

**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** A inexecução ou a mora no cumprimento da(s) finalidade(s) ou do(s) encargo(s), pelo(a) **DONATÁRIO(A)**, implicará a reversão da doação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO-** Em nenhuma hipótese, no caso de reversão da doação, o(a) **DOADOR(A)** terá direito a ressarcimento, por parte do(a) **DONATÁRIO(A)**, das despesas com manutenção e devolução do(s) bem(ns), se antes não tiver havido ajuste neste sentido.

# CLÁUSULA QUARTA – DOAÇÃO E TRANSFERÊNCIA

**O(A) DONATÁRIO(A)**, aceita o(s) bem(ns) referidos na Cláusula Primeira, que passa(m) a incorporar seu patrimônio, tendo sua titularidade, posse e uso transferidos de imediato, sendo de sua responsabilidade a inclusão do(s) bem(ns) móvel(eis) no Sistema de Gestão Patrimonial (SISPAT), quando couber, nos termos e nas condições estabelecidos no regulamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – O(A) DOADOR(A)** se compromete a garantir a integridade do(s) bem(ns) doado(s) até seu destino final, bem como a arcar com todas as despesas necessárias ao



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021		
Data:	F.:	
Rubrica:		

transporte do(s) bem(ns) ao local e no prazo indicados pelo(a) **DONATÁRIO(A)**, inclusive a arcar com os encargos fiscais e tributários que eventualmente incidam sobre o(s) bem(ns).

PARÁGRAFO SEGUNDO – O(s) bem(ns) devera(ão) ser entregue(s) no
[indicar o endereço completo], no prazo de () dias [indicar o prazo acordado]
contados da assinatura do presente contrato de doação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo fixado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do(a) DOADOR(A) e aceita pelo(a) DONATÁRIO(A).

## CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E PUBLICIDADE

O presente contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato do presente deverá ser publicado pelo(a) DONATÁRIO(A) no Diário Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da celebração do ato, e a ela ficará condicionada a eficácia deste, nos termos do § 2º do art. 18 do Decreto (Estadual) n. 15.494/2020.

# CLÁUSULA SEXTA: VEDAÇÕES

É vedada a utilização do presente contrato de doação para fins publicitários, ressalvada, após a entrega do(s) bem(ns), a menção informativa da doação no sítio eletrônico ou nas mídias sociais do(a) **DOADOR(A)** e pelo(a) **DONATÁRIO(A)** no sítio eletrônico do órgão da Administração Direta, da Autarquia e da Fundação do Poder Executivo, quando se tratar de auxílio a programa ou a projeto de governo.

# CLÁUSULA SÉTIMA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

O(A) DOADOR(A) e o(a) DONATÁRIO(A) não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta Parque dos Poderes – Bloco IV | Campo Grande – MS | CEP 79.031-310



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

: F

Rubrica:

ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em atendimento à Lei (Federal) nº 12.846/2013 e ao Decreto (Estadual) nº 14.890/2017 o (a) **DOADOR(A)** compromete-se a conduzir seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

 II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

 III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; e



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O descumprimento das obrigações previstas no Parágrafo Primeiro desta Cláusula poderá levar à rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei (Federal) nº 12.846/2013 e o Decreto (Estadual) nº 14.890/2017.

## CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:
  - a) o procedimento administrativo indicado no preâmbulo deste instrumento, com todos os seus anexos;
  - b) a proposta de doação apresentada pelo(a) **DOADOR(A)**.
- 8.2 -Será competente para dirimir divergências decorrentes do presente contrato, que não puderem ser resolvidas administrativamente, o foro da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

			(MS),	de	de
_	DONATÁRIO			DOADOR	
ΓESTEN	MUNHAS:				
	(nome, RG e CPF)		(1	nome, RG e CPF)	
	Parque dos Poderes – Bloco IV www.pge.ms.gov.br	I	Campo Grande – M página	S   CEP 79.031-31 8	0



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021		
Data:	F.:	
Rubrica:		

MINUTA 2

	CONTRATO DE DOAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA
	_[indicar a Secretaria de Estado, Autarquia ou Fundação Estadual beneficiária] E
	[indicar a Pessoa Física ou Jurídica doadora].
Pelo presente instrumento, de	um lado, pessoa jurídica de direito privado,
estabelecida na, CEI	P:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato
representado(a) pelo(a) Senhor(a	a), portador(a) do RG nº e CPF nº,
residente e domiciliado	doravante denominado[a]
DOADOR(A), [obs.: atenção p	oara a necessidade de adequar a qualificação acaso se trate de
doação realizada por pessoa fi	ísica] e de outro lado e de outro lado o ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL, por intermé	dio da <u>[indicar a Secretaria</u>
de Estado, Autarquia	ou Fundação], neste ato representado por
	[indicar o nome do Secretário(a) de Estado ou o
dirigente da Autarquia ou Fui	ndação Estadual (ou a autoridade que recebeu a delegação,
indicando o cargo da autor	ridade e o ato de delegação)], RG nº e CPF
n°, residente	e e domiciliado
doravante denominado(a) <b>DON</b> A	ATÁRIO(A) celebram o presente CONTRATO DE DOAÇÃO,
nos termos do artigo 538 e segu	uintes do Código Civil e do Decreto (Estadual) n. 15.494/2020,
para formalizar o recebimento	de doação na forma e condições constantes no processo
administrativo n	, conforme as cláusulas que seguem:



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/	001715/2021
Data:	<b>F.</b> :
Rubrica:	

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CERTOSCERI I I III I I I I I I I I I I I I I I
Constitui(em) objeto(s) do presente Contrato de Doação o(s) serviço(s) abaixo especificado(s):
[descrever detalhadamente os serviços doados]
PARÁGRAFO ÚNICO – O(s) serviço(s) descrito(s) acima possue(m) o valor unitário/hora de
R\$(), e total de R\$(), correspondente a()
horas, valor esse atribuído pelo(a) <b>DOADOR(A)</b> , conforme proposta de doação constante dos
autos do processo administrativo. [colocar a quantidade e o valor de horas de serviço de cada
atividade/caregoria- caso exista mais de uma].
CLÁUSULA SEGUNDA – RECONHECIMENTO DA TITULARIDADE
O(a) DOADOR(A) declara, sob as penas da lei, possuir habilitação jurídica e qualificação técnica
suficiente para a execução do(s) serviço(s) mencionado(s) na Cláusula Primeira deste instrumento,
e deter condições e poderes para promover a doação de que cuida este contrato, na conformidade
do artigo 538 e seguintes do Código Civil, inexistindo qualquer fato que impeça a concretização
do presente ajuste.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE
A presente doação tem como finalidade(s): [descrever detalhadamente as finalidades e encargos
que vinculam a doação, conforme justificativa constante dos autos do processo administrativo
que a originou].
PARÁGRAFO PRIMEIRO- A inexecução ou a mora no cumprimento da(s) finalidade(s) ou
do(s) encargo(s), pelo(a) <b>DONATÁRIO(A),</b> implicará a reversão da doação.
CLÁUSULA QUARTA – DOAÇÃO E TRANSFERÊNCIA
$\mathbf{O}(\mathbf{A})$ $\mathbf{DONAT}\mathbf{\acute{A}RIO}(\mathbf{A})$ , aceita $\mathbf{o}(\mathbf{s})$ serviço $(\mathbf{s})$ referido $(\mathbf{s})$ na Cláusula Primeira, na $(\mathbf{s})$
quantidade(s) correspondente a () horas.



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº	15/001715/2021
Data:	F.:
Rubrica:	

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – **O(A) DOADOR(A)** se compromete a garantir a execução do(s) serviço(s) doado(s), utilizando-se dos seus próprios recursos materiais e humanos necessários, bem como a arcar com todas as despesas decorrentes, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários que incidam sobre o(s) serviço(s).

PARÁGRAFO SEGUNDO – O(s) serviço(s) devera(ão) ser executado(s) no
[indicar o endereço completo], com início no prazo de () dias [indicar o prazo
acordado] contados da assinatura do presente termo de doação e término ao final das()
horas doadas. [indicar o quantitativo total das horas doadas]

PARÁGRAFO TERCEIRO - O(A) DOADOR(A) compromete-se a responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente a (ao) DONATÁRIO(A) ou a terceiros decorrentes da execução do(s) serviço(s) doado(s).

PARÁGRAFO QUARTO – O(A) DOADOR(A) compromete-se a obedecer às normas e rotinas do(a) DONATÁRIO(A), em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste instrumento, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

# CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E PUBLICIDADE

O presente contrato passa a vigorar a partir da data de sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato do presente deverá ser publicado pelo(a) DONATÁRIO(A) no Diário Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da celebração do ato, e a ela ficará condicionada a eficácia deste, nos termos do § 2º do art. 18 do Decreto (Estadual) n. 15.494/2020.

# **CLÁUSULA SEXTA: VEDAÇÕES**



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

É vedada a utilização do presente contrato de doação para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos serviço prestados, a menção informativa da doação no sítio eletrônico ou nas mídias sociais do(a) **DOADOR(A)** e pelo(a) **DONATÁRIO(A)** no sítio eletrônico do órgão da Administração Direta, da Autarquia e da Fundação do Poder Executivo, quando se tratar de auxílio a programa ou a projeto de governo.

# CLÁUSULA SÉTIMA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

O(A) DOADOR(A) e o(a) DONATÁRIO(A) não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Em atendimento à Lei (Federal) nº 12.846/2013 e ao Decreto (Estadual) nº 14.890/2017 **o(a) DOADOR(A)** compromete-se a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

n: l

Rubrica:

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação

pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou

prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização

em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos

contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados

com a administração pública; e

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes

públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos

órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO SEGUNDO- O descumprimento das obrigações previstas no Parágrafo Primeiro

desta Cláusula poderá levar à rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das

sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo

de responsabilização de que tratam a Lei (Federal) nº 12.846/2013 e o Decreto (Estadual) nº

14.890/2017.

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

a) o procedimento administrativo indicado no preâmbulo deste instrumento, com todos os

seus anexos;

b) a proposta de doação apresentada pelo(a) DOADOR(A);

8.2 -Será competente para dirimir divergências decorrentes do presente contrato, que não puderem

ser resolvidas administrativamente, o foro da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul.



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº	15/001715/2021
Data:	F.:

Rubrica:

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

	(MS),	de	de
 DONATÁRIO		DOADOR	
TESTEMUNHAS:			
(nome, RG e CPF)		(nome, RG e CPF)	



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15	5/001715/2021
Data:	F.:
Rubrica:	

# MINUTA 3

	MÓVEL(SEM ENTRE O E	M ENCA STADO	RGOS)C	TO GROSSO
	beneficiária E	ou F	undação	Estadual
	[indicar a doadora].	Pessoa	Física	ou Jurídica
Pelo presente instrumento, de u		- /		-
estabelecida na, CEP:				
representado(a) pelo(a) Senhor(a)				
residente e domiciliado			doravan	te denominado[a]
DOADOR(A), [obs.: atenção par	ra a necessidade de	e adequar a	qualificação	acaso se trate de
doação realizada por pessoa físic	a] e de outro o EST	TADO DE M	IATO GROS	SSO DO SUL, por
intermédio da	[in	dicar a Secr	etaria de Est	ado, Autarquia ou
Fundação], neste ato representado	por			[indicar o
nome do Secretário(a) de Estado	ou o dirigente de	a Autarquia	ou Fundaçã	io Estadual (ou a
autoridade que recebeu a delegaç	ão, indicando o ca	rgo da autor	ridade e o at	to de delegação)],
RG n°e	CPF n°_		,	residente e
domiciliado		,	loravante	denominado(a)
DONATÁRIO(A) celebram o pro	esente TERMO DI	E DOAÇÃO	, nos termos	s do artigo 538 do
Código Civil, art. 18 do Decreto	(Estadual) n. 15.49	94/2020, para	a formalizar	o recebimento de
doação sem encargos, consoante	processo administra	ativo n		, conforme as
cláusulas que seguem:				



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº	15/001715/2021
Data:	F.:

Rubrica:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O(a) DOADOR(A) é proprietário(a) [descrever detalha	adamente o(s) bem(ns) móvel(eis), com
todas as suas especificações], avaliado(s) em R\$	_()[colocar o valor
unitário de cada bem- caso exista mais de um- e escre	ver por extenso os valores], valor esse
atribuído conforme proposta de doação e avaliação	o constante dos autos do Processo
Administrativo	

## CLÁUSULA SEGUNDA: DECLARAÇÃO

Mediante o presente instrumento, o(a) **DOADOR(A)** transfere a(ao) **DONATÁRIO(A)** a titularidade do(s) bem(ns) descrito(s) na cláusula primeira, declarando deter condições e poderes para promover a doação de que cuida este termo, na conformidade do artigo 538 e seguintes do Código Civil, inexistindo qualquer fato que impeça a concretização do presente ajuste, inclusive no que tange a demandas administrativas ou judiciais com relação ao(s) bem(ns) móvel(eis) a serem doado(s).

# CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES

O(s) bem(ns) móvel(eis) será(ão) doado(s) nas condição(oes) em que se encontra(m), sem encargos ou ônus de qualquer natureza, sendo de responsabilidade do(a) **DOADOR(A)** garantir a integridade do(s) bem(ns) doado(s) até seu destino final, bem como a arcar com todas as despesas necessárias ao transporte do(s) bem(ns) ao local e no prazo indicados pelo(a) **DONATÁRIO(A)**.

# CLÁUSULA QUARTA: TRANSFERÊNCIA

**O(A) DONATÁRIO(A)**, aceita o(s) bem(ns) referidos na Cláusula Primeira, que passa(m) a incorporar seu patrimônio, tendo sua titularidade, posse e uso transferidos de imediato, sendo de sua responsabilidade a inclusão do(s) bem(ns) móvel(eis) no Sistema de Gestão Patrimonial (SISPAT), quando couber, nos termos e nas condições estabelecidos em regulamento.



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

CLÁUSULA QUINTA: VEDAÇÕES

É vedada a utilização do presente termo de doação para fins publicitários, ressalvada, após a

entrega dos bens, a menção informativa da doação no sítio eletrônico ou nas mídias sociais do(a)

**DOADOR**(A) e pelo(a) **DONATÁRIO**(A) no sítio eletrônico do órgão da Administração Direta,

da Autarquia e da Fundação do Poder Executivo, quando se tratar de auxílio a programa ou a

projeto de governo.

CLÁUSULA SEXTA: DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 O(s) bem(ns) doados estão sendo ofertado(s) pelo(a) **DOADOR(A)**, sem coação ou vício de

consentimento, estando o(a) **DONATÁRIO(A)** livre de quaisquer ônus ou encargos.

6.2. O(s) bem(ns) doado(s) sera(ão) recebido(s) com o ateste do(a) gestor(a) do(a)

DONATÁRIO(A).

6.3 . O presente termo não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais

débitos do(a) **DOADOR**(A).

6.4. O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável.

6.5. As partes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa,

ou aceitar ou comprometer-se a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem,

qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, ou

benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de

qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente contrato, ou de outra

forma que não relacionada a este contrato, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e

agentes ajam da mesma forma ("Obrigações Anticorrupção").

6.6 **O(A) DONATÁRIO(A)** providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário

Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da celebração do ato, e a

ela ficará condicionada a eficácia deste, nos termos do § 2º do art. 18 do Decreto (Estadual) n.

15.494/2020.

6.7. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Doação será

o da Comarca de Campo Grande, MS.

1



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15	/001715/2021
Data:	F.:
Rubrica:	

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que segue assinado pelas PARTES, na presença de duas testemunhas

	(MS), de	de
DOADOR	DONATÁRIO	0
TESTEMUNHAS:		
(nome, RG e CPF)	(nome, RG e Cl	PF)



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 1	5/001715/2021
Data:	F.:
Rubrica:	

MINUTA 4
----------

	TERMO DI (SEM ENCA O ESTADO POR	ARGOS)C	ELEBRADO GROSSO	D ENTRE
	indicar a Autarquia beneficiária E	ou Fi	undação	Estadual
	[indicar a doadora].	Pessoa	Física ou	Jurídica
Pelo presente instrumento, de ur	n lado	, pessoa	jurídica de dir	eito privado,
estabelecida na, CEP:_	, inscrita r	o CNPJ/MF s	sob o nº	, neste ato
representado(a) pelo(a) Senhor(a)	, portad	or(a) do RG nº	e CPF	7 n°,
residente e domiciliado			_ doravante d	enominado[a]
DOADOR(A), [obs.: atenção para	a necessidade a	le adequar a q	ualificação aca	so se trate de
doação realizada por pessoa física]	e de outro lado	ESTADO DE	E MATO GROS	SO DO SUL,
por intermédio da		_[indicar a Se	cretaria de Esta	do, Autarquia
ou Fundação],	neste	ato	representado	por
	[indi	car o nome do	Secretário(a) d	e Estado ou o
dirigente da Autarquia ou Funda	ção Estadual (o	u a autoridad	e que recebeu	a delegação,
indicando o cargo da autorida	de e o ato d	e delegação)]	, RG n°	e CPF
n°, residente e	domiciliado			,
doravante denominado(a) <b>DONAT</b>				
termos do artigo 538 do Código	Civil, art. 18 do	Decreto (Est	tadual) n. 15.49	94/2020, para
formalizar o recebimento de doa	ção sem encarş	gos, consoante	e processo adn	ninistrativo n
, conforme as o	cláusulas que seg	uem:		

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO



# **PAA**Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021

Data: F.:

Rubrica:

1. Constitui(em) objeto(s) do presente Contrato de Doação o(s) serviço(s) abaixo especificado(s):
[descrever detalhadamente os serviços doados]
1.2 O(s) serviço(s) descrito(s) acima possue(m) o valor unitário/hora de R\$(),
e total de R\$(), correspondente a () horas, valor esse atribuído
pelo(a) DOADOR(A), conforme proposta de doação constante dos autos do Processo
Administrativo. [colocar a quantidade e o valor de horas de serviço de cada atividade/categoria-
caso exista mais de uma].

## CLÁUSULA SEGUNDA: DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE

2. Mediante o presente instrumento, o(a) **DOADOR(A)** declara, sob as penas da lei, possuir habilitação jurídica e qualificação técnica suficiente para a execução do(s) serviço(s) mencionado(s) na Cláusula Primeira deste instrumento, e deter condições e poderes para promover a doação de que cuida este termo, na conformidade do artigo 538 e seguintes do Código Civil, inexistindo qualquer fato que impeça a concretização do presente ajuste.

# CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES

- 3. O(s) serviço(s) indicados na Cláusula Primeira serão doado(s) sem encargos ou condições de qualquer natureza, sendo de responsabilidade do(a) **DOADOR(A)** garantir a execução do(s) serviço(s) doado(s), utilizando-se dos seus próprios recursos materiais e humanos necessários, bem como a arcar com todas as despesas decorrentes, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários que incidam sobre os serviços.
- 3.2 **O(A) DOADOR(A)** se compromete a responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente a(ao) **DONATÁRIO(A)** ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços doados, bem como a obedecer às normas e rotinas do(a) DONATÁRIO(A), em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste instrumento, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº	15/001715/2021
Data:	F.:
Rubrica:	

## CLÁUSULA QUARTA: TRANSFERÊNCIA

4. O(A) DONATÁRIO(A), aceita	o(s)	serviço(s) referido(s)	na	Cláusula	Primeira,	na(s)
quantidade(s) correspondente a	_(_	) horas.				

## CLÁUSULA QUINTA: VEDAÇÕES

5. É vedada a utilização do presente termo de doação para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens, a menção informativa da doação no sítio eletrônico ou nas mídias sociais do(a) **DOADOR(A)** e pelo(a) **DONATÁRIO(A)** no sítio eletrônico do órgão da Administração Direta, da Autarquia e da Fundação do Poder Executivo, quando se tratar de auxílio a programa ou a projeto de governo.

## CLÁUSULA SEXTA: DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 6.1. O(s) serviço(s) doado(s) estão sendo ofertados pelo(a) **DOADOR(A)**, sem coação ou vício de consentimento, estando o(a) **DONATÁRIO(A)** livre de quaisquer ônus ou encargos.
- 6.2 . O presente termo não caracteriza novação, pagamento ou transação em relação a eventuais débitos do(a) **DOADOR(A)**.
- 6.3. O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável.
- 6.4. As partes contratantes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou comprometer-se a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e agentes ajam da mesma forma ("Obrigações Anticorrupção").
- 6.5 **O(A) DONATÁRIO(A)** providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da celebração do ato, e a ela ficará condicionada a eficácia deste, nos termos do § 2º do art. 18 do Decreto (Estadual) n. 15.494/2020.
- 6.6. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Doação será o da Comarca de Campo Grande-MS.



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº	15/001715/2021
Data:	F.:
Rubrica:	

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que segue assinado pelas PARTES, na presença de duas testemunhas

	(MS), de	de
DOADOR(A)	DONATÁ	RIO(A)
TESTEMUNHAS:		
(nome, RG e CPF)	(nome, RG	e CPF)



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021				
Data:	F.:			
Rubrica:				

# MINUTA 5

# DECLARAÇÃO DE DOAÇÃO DE BEM MÓVEL

, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na
, CEP:, inscrita no CNPJ/MF sob o no, neste
ato representado(a) pelo(a) Senhor(a), portador(a) do RG nº e CPI
nº, <b>DECLARO</b> para todos os efeitos legais, ser proprietário(a) do(s) bem(ns
[descrever detalhadamente o(s) bem(ns) móvel(eis), com todas as suas especificações]
avaliado(s) em R\$()[colocar o valor unitário de cada bem
caso exista mais de um- e escrever por extenso os valores]. E assim, como o(s) possuo
faço dele(s) <b>DOAÇÃO SEM QUAISQUER ÔNUS OU ENCARGOS</b> , para o Estado de
Mato Grosso do Sul, especificamente à(o)
entidade da administração Pública beneficiária], transferindo-lhe desde já a titularidade
do(s) bem(ns) descrito(s), declarando deter condições e poderes para promover referida
doação, na conformidade do artigo 538 e seguintes do Código Civil, inexistindo qualque
fato que impeça a concretização do presente ajuste, inclusive no que tange a demanda
administrativas ou judiciais com relação ao(s) bem(ns) móvel(eis) a serem doado(s), sendo
de minha responsabilidade garantir a integridade do(s) bem(ns) doado(s) até seu destino
final, bem como a arcar com todas as despesas necessárias ao transporte do(s) bem(ns) ao
local e no prazo de[indicar o prazo acordado].
(MS), de de
Assinatura do declarante



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021				
Data:	F.:			
Rubrica:				

# MINUTA 6

# DECLARAÇÃO DE DOAÇÃO DE SERVIÇOS.

, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na,
CEP:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a)
Senhor(a), portador(a) do RG nº e CPF nº [obs.: atenção
para a necessidade de adequar a qualificação acaso se trate de doação realizada por
pessoa física], DECLARO para todos os efeitos legais, efetuar a DOAÇÃO SEM
QUAISQUER ÔNUS OU ENCARGOS [descrever detalhadamente os serviços doados,
inclusive a quantidade e o valor de horas de serviço de cada atividade/categoria], para
[indicar o órgão ou entidade da administração Pública
beneficiária], sendo de minha responsabilidade garantir a execução do(s) serviço(s)
doado(s), utilizando meus próprios recursos materiais e humanos necessários, bem como
a arcar com todas as despesas decorrentes, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários,
fiscais, comerciais e tributários que incidam sobre os serviços em epígrafe, e ainda me
comprometo a responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente
a(ao) <b>DONATÁRIO(A)</b> ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços doados, bem
como a obedecer às normas e rotinas do(a) DONATÁRIO(A), em especial as que
disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à
integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas,
utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas,
eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere este instrumento,
observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.
(MS), de de
Assinatura do(a) declarante.



Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021				
Data:	F.:			
Rubrica				

# MINUTA 7

TERMO D	E PATR	OCÍNIO	QUE	ENTRE
SI CELEI	BRAM O	ESTAD	O DE	MATO
GROSSO	DO SUL	, POR I	NTER	MÉDIO
DA				
[indicar	a Seci	etaria	d e	Estado,
Autarquia	o u	Fundaçã	o E	Estadual
beneficiár	i a ]			
E				
[indicar			o u j	urídica
patrocinad				

Nota Explicativa: Essa minuta serve apenas de base (estrutura) para o caso concreto, devendo ser ajustada conforme o edital de chamamento público determinado no parágrafo único do art. 24 do Decreto (Estadual) n. 15.494/2020) haja vista que a atividade de patrocínio possui diversas categorias e peculiaridades.

Pelo presente instrumento, de um lado, pessoa jurídica de direito privado,
estabelecida na, CEP:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato
representado(a) pelo(a) Senhor(a), portador(a) do RG nº e CPF nº,
residente e domiciliado[obs.: atenção para a
necessidade de adequar a qualificação acaso se trate de doação realizada por pessoa física]
doravante denominado[a] PATROCINADOR(A), e de outro lado o ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL, por intermédio da
de Estado, Autarquia ou Fundação], neste ato representado por
[indicar o nome do Secretário(a) de Estado ou o
dirigente da Autarquia ou Fundação Estadual (ou a autoridade que recebeu a delegação,
indicando o cargo da autoridade e o ato de delegação)], RG nº e CPF
nº, residente e domiciliado,
doravante denominado(a) PATROCINADO(A), celebram o presente TERMO DE



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021 Data: F.:

Rubrica:

**PATROCÍNIO**, nos termos do artigo 22 do Decreto (Estadual) n. 15.494/2020 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, aplicando-se a este Termo suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é o patrocínio prestado pelo(a) **PATROCINADOR**(A) ao (à) **PATROCINADO**(A) para a promoção do [nome do evento] a ser realizado [local e cidade], no dia [data], tendo como público alvo [especificar o público-alvo] e com duração programada de [tempo de duração] horas. [preencher conforme processo administrativo].

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O(A) PATROCINADOR(A) destinará mediante o estabelecimento de cotas de patrocínio [valores, bens, serviços ou utilidades] (...) ao (à) PATROCINADO(A) para o fim de apoiar a realização do evento referido na cláusula primeira deste instrumento [preencher conforme estabelecido no edital de chamamento e/ou no processo administrativo].

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** [indicar, conforme estabelecido no edital de chamamento, como será a cota de pagamento/prestação de serviços/utilidades ou bens] Ex: O pagamento do valor da cota de patrocínio será efetuado em (única parcela/xxx parcelas), no período de vigência do contrato.

# CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO(A) PATROCINADOR(A)

[indicar/acrescentar neste tópico as determinações previstas no edital].

**O(A) PATROCINADOR(A)** se obriga a patrocinar a cota previamente acertada ao(à) **PATROCINADO(A)**, estando os valores e condições de pagamento definidos na Cláusula primeira e seus parágrafos do presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O(A) PATROCINADOR(A) deverá fornecer sua logomarca, para a utilização pelo(a) PATROCINADO(A), no prazo de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias [indicar o prazo acordado], após a assinatura do presente termo, sob pena de não ocorrer à utilização, sem implicar em descumprimento contratual.



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

PARÁGRAFO SEGUNDO: O(A) PATROCINADOR(A) não será responsável por qualquer tipo de acontecimento que ocorra durante o evento, por culpa ou não do(a) PATROCINADO(A), que venha a atingi-lo ou que seja causado por ele a terceiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A contratação dos serviços e dos bens indicados pelo(a) PATROCINADO(A), será de responsabilidade direta do(a) PATROCINADOR(A), que se incumbirá da escolha, observados os princípios da economicidade, impessoalidade, moralidade e transparência [verificar a necessidade de indicar regras específicas previstas no edital de chamamento, conforme art. 24, parágrafo único, do Decreto (Estadual) n. 14.494/2020]

**PARÁGRAFO QUARTO:** Em nenhuma hipótese o(a) **PATROCINADOR**(A) poderá auferir recursos com o evento por ele(a) patrocinado(a), a não ser daqueles oriundos da publicidade, previamente, prevista no edital de chamamento público e no presente termo.

## CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO(A) PATROCINADO(A).

[indicar/acrescentar neste tópico as determinações previstas no edital, inclusive os encargos, caso existentes].

**O**(**A**) **PATROCINADO**(**A**) compromete-se a utilizar o valor recebido a título de patrocínio única e exclusivamente com o objeto deste contrato, devendo prestar contas se estas forem solicitadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Toda divulgação sobre o(a) PATROCINADO(A), quando realizada, deverá obrigatoriamente informar que se trata de projeto patrocinado pelo(a) PATROCINADOR(A).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecida a divulgação do(a) PATROCINADOR(A) da seguinte forma: [preencher conforme edital, atendendo o art. 23 Decreto Estadual n. 15.494/2020 "A contribuição por meio de patrocínio de eventos e de ações de interesse público permitirá a divulgação dos patrocinadores e dos apoiadores por meio de áudio, mídia impressa ou de outros similares, nos espaços disponíveis e previamente definidos pela Administração Pública. 1º Para os patrocínios de valores equivalentes a divulgação dos patrocinadores se dará



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021 Data: F.:

Rubrica:

I - no mesmo espaço de tempo, se ocorrer por áudio; ou II - com ocupação de espaço físico de igual tamanho, se for mídia impressa].

## CLÁUSULA QUARTA: VIGÊNCIA

O presente termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura e terá validade de \_\_\_\_\_\_\_[adequar ao edital].

## CLÁUSULA QUINTA: DA RESCISÃO E PENALIDADES

A inexecução ou a mora no cumprimento da(s) obrigações e/ou do(s) encargo(s), implicará a rescisão contratual [adequar ao edital].

## CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:
- a) o Edital de procedimento de manifestação de interesse indicado no preâmbulo deste instrumento, com todos os seus anexos;
- b) A proposta de patrocínio apresentada pelo(a) PATROCINADOR(A)
- II- As partes se comprometem a não oferecer, dar ou se comprometer a dar a qualquer pessoa, ou aceitar ou comprometer-se a aceitar de qualquer pessoa, seja por conta própria ou de outrem, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indiretamente relacionada ao presente termo, ou de outra forma que não relacionada a este termo, e devem, ainda, garantir que seus colaboradores e agentes ajam da mesma forma ("Obrigações Anticorrupção").
- III -Será competente para dirimir divergências decorrentes do presente contrato, que não puderem ser resolvidas administrativamente, o foro da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul.



# **PAA**Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021 Data: F.:

Rubrica:

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

	(MS), _	de	de 2021.
PATROCINADOR(A)		PATROCINADO(A)	
TESTEMUNHAS:			
(nome, RG e CPF)		(nome, RG e CPF)	



Procuradoria de Assuntos Administrativos Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

### DECISÃO PGE/MS/GAB/N. 207/2021

PARECER PGE/MS/PAA/N. 041/2021

Processo: 15/001.715/2021

Assunto: Elaboração de minutas-padrão previstas no art. 18, § 1°, do Decreto (Estadual) n.

15.494/2020, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis, serviços

e patrocínios, com ou sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de

direito privado.

Ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO. DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SERVIÇOS, POR PESSOA JURÍDICA, À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. DECRETO ESTADUAL N.º 15.494/2020. MINUTAS-PADRÃO. CONTRATOS DE DOAÇÃO. TERMOS DE DOAÇÃO. DECLARAÇÕES DE DOAÇÃO. DECRETO ESTADUAL N.º 15.404/2020.

- 1. O Decreto Estadual n.º 15.494/2020 dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis, serviços e patrocínios, com ou sem ônus ou encargos, pela Administração Pública Estadual.
- 2. Em seu artigo 18, referido Decreto estabelece os instrumentos que devem ser utilizados para a formalização da doação de bens e serviços por pessoa jurídica aos órgãos da Administração Direta, às Autarquias e às Fundações do Poder Executivo Estadual. Os instrumentos previstos são: (i) no caso de doação com ônus ou encargo, o contrato de doação; ou (ii) no caso de doação sem encargos, o termo de doação ou a declaração firmada pelo doador, sendo esta última aplicável na hipótese de as doações corresponderem a valor inferior aos estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 3. O mesmo ato normativo conferiu à Procuradoria-Geral do Estado a competência para instituir os modelos dos instrumentos acima referidos (artigo 18, § 1°). Assim, apresentam-se minutas-padrão de: Contrato de Doação de Bem Móvel; Contrato de Doação de Serviços; Termo de Doação de Bem Móvel; Termo de Doação de Serviços; Declaração de Doação de Bem Móvel; e Declaração de Doação de Serviços.
- 4. A aplicabilidade das minutas-padrão se mantém enquanto não alterado o texto do Decreto Estadual n.º 15.494/2020, ato normativo que serviu de substrato para sua elaboração.

Vistos etc.



# **PAA**Procuradoria de Assuntos Administrativos

Processo nº 15/001715/2021

Rubrica:

1. Com base no art. 8°, inciso XVI, e no art. 9°, incisos II e III, da Lei Complementar (Estadual) n.° 95, de 26.12.2001, no art. 2°, parágrafo 5°, do Decreto Estadual n.° 15.404, de 2020, e no art. 3°, incisos II e III, do Anexo I do Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado, **apreciamos** o Parecer PGE/MS/PAA/N. 041/2021, de fls. 04-06, por nós vistado, da lavra da Procuradora do Estado Renata Corona Zuconelli, e **aprovamos** as minutas-padrão de fls. 38-65.

2. Observamos que as minutas-padrão em análise foram elaboradas e estão em consonância com a redação do Decreto Estadual n.º 15.494, de 2020 vigente na data da presente Decisão. Destarte, acaso sobrevenham alterações no referido ato normativo, as minutas perdem aplicabilidade e deverão ser submetidas a processo de revisão, a fim de que se possa verificar a necessidade de correspondente atualização.

3. À Assessoria do Gabinete para:

a) dar ciência desta decisão à Procuradora do Estado prolatora do parecer, Procuradora-Chefe da PAA;

b) dar ciência das minutas-padrão aprovadas e da presente decisão a todas as Coordenadorias Jurídicas, bem como a todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, encaminhando-lhe cópias;

c) dar ciência das minutas padronizadas e da presente decisão à chefia da PAG, a fim de que providencie minuta de resolução e inserção de *link* no sítio eletrônico da PGE, nos termos dos artigos 2°, *caput*, e 4°, do Decreto Estadual n.° 15.404, de 2020; e

d) cumpridas as diligências supra, arquivar os autos.

Campo Grande (MS), 12 de agosto de 2021.

Original Assinado
Fabíola Marquetti Sanches Rahim
Procuradora-Geral do Estado

Original Assinado
Ivanildo Silva da Costa
Procurador-Geral Adjunto do Estado do Consultivo